



Anais da Assembléia

Nº 38

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 18 DE MAIO DE 1989

ANO XV

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA
ATA DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 1.989
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Pirajá Ferreira e Algaci Tílio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Pirajá Ferreira, Algaci Tílio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namiir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (45).

Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Caíto Quintana e Leônidas Chaves (3). Achando-se em licença os seguintes Senhores Deputados: Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Eduardo Baggio e Ezequias Losso (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

A Mesa vai proceder à leitura de um assento desta Assembléia com respeito a algumas acusações que fazem aos Senhores Deputados.

(Lê):

1 - "A Presidência da Assembléia do Estado do Paraná, cumprindo dispositivo regimental, vem a público manifestar a solidariedade do Poder Legislativo Estadual, a eminentes Deputados que foram atingidos no exercício do seu mandato; determinando que esta Declaração passe a constar dos registros da Assembléia e seja dada ao conhecimento da sociedade paranaense.

O Estado de Direito democrático, consolidado entre nós pela Constituição de outubro, consagra o princípio da representação popular para a formação do Poder Legislativo, e a divisão de poderes na gestão do Estado, "como forma de evitar a tirania", na lição de Montesquieu.

Tais princípios basilares da democracia assentam em valores reconhecidamente comuns à sociedade, tornados lei fundamental pela decisão soberana do povo brasileiro reunido em Assembléia Legislativa Nacional Constituinte.

Com efeito, o art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal dispõe que:

"todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição".

E o artigo 2º firma:

"São poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário".

Para exercitar as tarefas de representação democrática, os legisladores tiveram asseguradas amplas prerrogativas: pelo artigo 53 "são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos"; não podem ser presos, salvo em flagrantes de crime inafiançável e a Casa a que pertencem decide após, sobre a formação de culpa; nem podem ser processados, nem incorporados às forças militares, ainda em tempo de guerra.

As imunidades parlamentares se estendem, expressamente ao sigilo da fonte, pelo parágrafo 5º do artigo 53:

"Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações".

O estatuto das prerrogativas, na sua dimensão mais ampla, foi estendido aos legisladores estaduais pelo artigo 27, aos vereadores foi assegurada, pelo artigo 29, inviolabilidade quanto às manifestações feitas no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

Ao assegurar amplas prerrogativas aos representantes políticos da sociedade, a

Constituição adota o regime democrático, conceituado pelos pensadores, como "sistema representativo pluralista".

Nele a vontade política da sociedade se forma ao embate das correntes de opinião, sendo o conflito mediatizado por regras de convivência civilizadas cuja finalidade é a conciliação das partes em proveito de uma solução comum.

A missão dos representantes políticos não se esgota na elaboração legislativa, mas assume amplas e relevantes funções: de formuladores da política pública, mediante agregação de interesses após o debate entre as correntes partidárias; de representantes desses interesses da sociedade; e de fiscalização dos atos governamentais.

Na representação dos segmentos sociais e na fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo, os Deputados gozam, constitucionalmente, da mais ampla imunidade, sem a qual não seriam livres para exercer seu mandato. A inviolabilidade do artigo 53 da Constituição precisa ser respeitada no seu espírito e na sua forma.

2 - Ultimamente, têm sido exteriorizadas críticas contra Deputados membros desta Casa, apresentadas por formas que violam o instituto da representação parlamentar. Com esta Declaração da Mesa, espera a Presidência que cessem tais situações constrangedoras e ilegais.

As manifestações foram feitas por órgãos partidários de Município e por Câmaras Municipais e põem em cheque a instituição representativa ou ultrapassam a esfera da inviolabilidade parlamentar.

Num dos fatos, um Diretório partidário houve por bem "destituir" um Senhor Deputado da função de representante daquele Município perante a Administração Estadual, "investindo" nessa delegação uma autoridade do próprio ramo executivo do Governo.

Outros ilustres Senhores Deputados foram alvo de manifestações de "repúdio" por parte de Câmaras de Vereadores de Municípios de sua área de representação. Esta Presidência determinou diligências para apurar se aqueles membros haviam cometido atos contrários ao decoro parlamentar, e que os tornaria passíveis de censura pública.

Não, os manifestos ostensivos contra membros desta Casa decorreram do exercício regular do mandato, em que tais parlamentares denunciaram supostas irregularidades de servidores da Administração Estadual ou de autoridades locais nos municípios considerados.

Lembremos a natureza da representação:

"A função verdadeira de uma assembleia representativa é controlar o governo; colocar todos os seus atos à luz da publicidade; exigir explicação e justificação pa-

ra todos os atos que pareçam contestáveis; censurá-los se foram considerados condenáveis", (ensina Stuart Mill, o principal teórico do regime representativo).

Na defesa regimental das prerrogativas dos membros desta Casa, a Presidência credita os excessos da crítica à emoção de problemas políticos de natureza local, mas encarece, tanto a integrantes de órgão de Partido Político quanto a edis municipais, que o Estado democrático não se beneficia de tais facciosismos.

No sistema constitucional que adotamos - de eleição proporcional - o Deputado representa toda a jurisdição pela qual foi eleito mantendo esse mandato até dele ser desapossado pelos meios prescritos na Constituição, ou ao término da investidura. Constituições como as de Portugal e Espanha são expressas em assinalar que o mandato é exercido em todo o território nacional, não cabendo limitação ou embaraço ao seu exercício, sob pena de ilegalidade.

Ainda mais, os integrantes do Diretório de Partido organizado concorrem para a formação da vontade política, condição vital para a democracia. Devem ser, por isso, os maiores interessados na consolidação dos princípios democráticos.

Igualmente os Senhores Vereadores, são, como os congressistas e Deputados Estaduais, parte integrante do sistema legislativo nacional e, como tal, tiveram finalmente reconhecido o direito de representação inviolável da vontade popular no âmbito de seus Municípios.

Os edis exercem um mandato delegado pelo povo e só podem cumpri-lo plenamente na medida em que se põem à altura da delegação política da soberania popular.

3 - Podemos discordar das opiniões de muitos membros desta Casa, como de resto discordamos de idéias, procedimentos e posições políticas. Mas devemos expressar nossa divergência segundo as regras democráticas.

Um dos requintes da democracia, para Ulrich Scheuner pensador alemão contemporâneo - é que

"a definição da política do Estado se faz mediante o debate aberto entre as distintas forças no exercício alternativo do poder, com base em valores reconhecidamente comuns".

Na mesma linha o pensador brasileiro definiu que

"os membros da sociedade política devem pautar seu comportamento por normas gerais, para que seus conflitos internos não a tornem inviável".

Em suas definições mínimas de democracia o pensador italiano Norberto Bobbio ensina ser esta "um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões

"O que distingue um sistema democrático não é apenas o fato de possuir as suas regras do jogo, mas sobretudo o fato de que estas regras, amadurecidas ao longo dos séculos, são mais elaboradas que as regras de outros sistemas e encontram-se hoje, quase por toda parte, constitucionalizadas".

Entre os valores principais da democracia está o compromisso de respeito mínimo entre as correntes que se confrontam, gerando o que Alain Rouquié - pensador francês que esteve em recente visita ao Brasil - chama de "democracias de compromisso", que permitem a canalização da divergência e sua solução pela regra da maioria gerada pela "autoridade mágica das urnas".

A capacidade de negociação flexível, para que o conflito não leve à ruptura do quadro institucional, é que permite a estabilidade e a continuidade sociais, requisitos que observadores como Lawrence Harrison deploram escassear nas precárias experiências de pluralismo latino-americano.

Lembrava Hannah Arendt, a filósofa germano-judaica há pouco desaparecida, que para os gregos, o homem público se distinguia quando "pronunciador de grandes palavras", porque na "pólis", "tudo era decidido mediante palavras e persuasão e não através de força ou violência", recursos que os gregos desprezavam como próprios dos povos bárbaros.

4 - Para funcionar como caixa de ressonância da opinião pública, o Parlamento deve gozar da maior liberdade de palavra, para si e para seus membros - dispõem a Constituição e os princípios democráticos.

Com razão Scheuner fixa como requisito final de um sistema democrático "a moderação do poder estatal, obtida pela repartição das competências".

Esse é o recurso para evitar a tirania, advertiu Montesquieu:

"Tudo estará perdido se o mesmo homem passar a exercer os três poderes: aquele de fazer as leis, aquele de executá-las e aquele de julgar os crimes e os litígios entre os particulares".

Esta Presidência proclama com vigor sua disposição de fazer observar, no território de sua jurisdição, a regra do artigo 2º, da Constituição Federal, da independência e harmonia entre os Poderes; bem assim o princípio do artigo 53, de que os Senhores Deputados são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos.

Espera esta Presidência que as autoridades de todo o Paraná, a nível estadual, municipal e também federal, saibam respeitar a nova ordem constitucional, notadamente o caráter sagrado da representação

parlamentar; ao tempo em que confia no seu exercício prudente e criterioso por parte dos Senhores Representantes do povo.

A democracia, com seus defeitos e imperfeições, ainda é o melhor dos regimes políticos, como proclamou Churchill. E nela, a liberdade de opinião é erigida ao elevado grau de aceitação enunciado por Voltaire, através das palavras tornadas célebres por Jefferson:

"Não concordo com uma só palavra do que dizeis, mas defenderei, até a morte, o direito de dizê-la".

O SR. NEREU MASSIGNAN - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra, o Deputado Nereu Massignan.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Sr. Presidente, em nome da Bancada do PSDB, nós nos congratulamos com a Mesa, com o documento agora lido, que trata das prerrogativas dos Parlamentares, que nos dá uma aula da importância do Parlamento no regime democrático. Parlamento sujeito às críticas, mas sempre aberto ao diálogo e ao entendimento. É a Casa em que as portas de abrem, é a Casa em que o contraditório é permanente, é o lugar onde o choque das idéias faz com que muitas vezes uma idéia derrotada num certo momento, seja depois uma idéia vitoriosa.

E Vossa Excelência, ao ler este documento hoje, mostra quão atual é a observação feita pela Mesa presidida por Vossa Excelência. Há uns dias atrás a verdade foi a emenda Ferrari Júnior, aprovada em relação ao funcionalismo. Hoje, qual será a verdade quando apreciamos o veto do Sr. Governador?

Ainda bem que existe o Parlamento, ainda bem que existe esta Casa em que pode rever o ato do governante, em que pode rever os seus próprios atos. Vale observar isso com relação às Câmaras de Vereadores, ao Congresso Nacional, Senado, e quando nós vemos pessoas que compartilham do Parlamento, seja ele municipal, e os fatos concretos aqui ocorreram nesse aspecto em que a Câmara de Vereadores atribuiu um voto de repúdio a um Parlamentar, na verdade faz o jogo daqueles que não querem ver o Parlamento aberto.

Os cumprimentos da Bancada do PSDB, somando-se a este documento, subscrevendo-o em sinal de solidariedade e de respeito à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e a todos os parlamentares do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Muito obrigado a Vossa Excelência.

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA - Pela ordem,

Sr. Presidente.

Polícia Militar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Lauro Lobo Alcantara.

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA - Sr. Presidente, gostaria de me congratular em nome da Bancada do PMDB, com o seu pronunciamento, principalmente porque ele traz à discussão o aspecto que nós achamos de extrema importância - a liberdade do Parlamentar de poder se expressar.

Nós podemos sofrer críticas, nós podemos ir para o debate acirrado, mas o Parlamentar não pode ser cerceado naquilo de mais importante que ele tem, que são as suas idéias, os seus pensamentos.

E eu vejo nesse pronunciamento exatamente o encaminhamento desta questão. E eu agradeço porque fui atingido por um voto de repúdio há algum tempo atrás e esse seu pronunciamento vem exatamente de encontro ao desejo de todos nós, parlamentares, de podermos nos pronunciar, fazer valer as nossas posições sem termos que sofrer este tipo de retaliação.

Muito obrigado.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Sr. Presidente, somente para registrar a presença, neste plenário, dos ilustres vereadores componentes da Câmara Municipal de Cascavel, que vêm a este Legislativo solicitar o apoio dos Srs. Constituintes na emenda que deverá criar o Tribunal de Alçada de Cascavel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo expediente a ser lido, passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 36/89, VETO aposto ao Projeto de Lei nº 69/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 42/89) que objetiva reajustar, a partir de 1º de abril de 1989, os vencimentos dos funcionários dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas do Estado e o soldo dos integrantes da

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 063/89, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando das atribuições conferidas pelo Art. 47, inciso III e de conformidade com o § 1º, do Art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 69/89, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre alteração dos vencimentos do funcionalismo civil e militar do Estado e o veto total aposto decorre da indiscutível inconstitucionalidade de que se reveste tal projeto de lei, em razão de emendas dessa Augusta Casa, conflitantes com os mandamentos contidos no art. 25, § 2º, letra "a", da Constituição Estadual, os quais vedam apresentação de emendas que aumentem a despesa prevista em projetos de lei cujo início do processo legislativo é de competência exclusiva do Governador do Estado. Por oportuno e necessário, vale esclarecer que a matéria, em sua versão original, foi proposta pelo Chefe do Poder Executivo, através da Mensagem nº 42, de 06 de abril de 1989, usando da competência que lhe é reservada pelo Art. 25, § 1º, letra "b" da Constituição Estadual e que, por isso, não poderia sofrer emendas da natureza daquelas aprovadas.

Por outro lado, vale ressaltar que, através dos Decretos nº 4974 e 4975, ambos de 20 de abril de 1989 (cópias anexas), baixados com respaldo na Lei nº 8756, de 27.04.88, a remuneração do funcionalismo foi majorada e já implantada na folha de pagamento do mês de abril próximo passado, tudo na forma como havia sido proposta pela referida Mensagem nº 42/89, isto significando que o governo, na medida do possível e em harmonia com a atual conjuntura orçamentária e financeira do Paraná, definiu o assunto em causa.

Ademais, devo esclarecer que, também em conformidade com a autorização contida na lei nº 8756/88, baixei o Decreto nº 5009, de 08.05.89 (cópia anexa), concedendo reajuste de vencimentos do funcionalismo em mais 9,91%, para implantação na folha de pagamento deste mês.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a esta Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 09.05.89.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado

DECRETO N° 4974

O VICE-GOVERNADOR, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o Art. 2° da Lei n° 8756, de 27 de abril de 1988, e

CONSIDERANDO que o Poder Executivo pretende complementar a variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor - IPC, relativo ao período de janeiro a dezembro de 1988, aos vencimentos dos servidores de que trata este Decreto, cuja providência por meio de lei específica encontra-se pendente de decisão na Assembleia Legislativa e tendo em vista a preocupação do Governo em que não haja atraso no pagamento dos vencimentos do funcionalismo, faz-se necessária a utilização da autorização contida no Art. 2°, da Lei n° 8756, de 27 de abril de 1988; e,

CONSIDERANDO, ainda, as manifestações das entidades representativas das diversas classes de servidores, em especial, a Associação dos Professores do Paraná e a Associação dos Servidores Públicos do Paraná,

D E C R E T A:

Art. 1° - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão ou funções gratificadas dos Quadros dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Quadro de Pessoal efetivo do Tribunal de Contas do Estado e o soldo dos integrantes da Polícia Militar, ficam reajustados, a partir de 1° de abril de 1989, na forma abaixo:

I - os vencimentos dos cargos dos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, mediante o acréscimo do índice percentual de 25,52% (vinte e cinco vírgula cinquenta e dois por cento) sobre os vencimentos vigentes em dezembro de 1988;

II - os vencimentos dos funcionários dos Quadros do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada, mediante o acréscimo do índice percentual de 38,76% (trinta e oito vírgula setenta e seis por cento) sobre os vencimentos vigentes em dezembro de 1988;

III - os vencimentos dos cargos dos diversos Quadros de Pessoal Civil e Militar, exceto quanto aos tratados nos itens acima, mediante o acréscimo do índice percentual de 39,27% (trinta e nove vírgula vinte e sete por cento) sobre os vencimentos vigentes em dezembro de 1988.

Art. 2° - Os valores das majorações decorrentes do artigo 1°, são os constantes das Tabelas que integram o Anexo deste Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1° de abril de 1989, revogadas as disposições em contrá-

rio.

Curitiba, em 20 de abril de 1989, 168° da Independência e 101° da República.

(Publicado anexo no final desta ata)

DECRETO N° 4975

O VICE-GOVERNADOR, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o Art. 2° da Lei n° 8756, de 27 de abril de 1988 e o disposto no Decreto n° 4974, de 20 de abril de 1989,

D E C R E T A:

Art. 1° - Ficam reajustados, a partir de 1° de abril de 1989, sobre os respectivos valores vigentes em dezembro de 1988, em 39,27% (trinta e nove vírgula vinte e sete por cento), na Administração Direta e Autárquica:

I - os valores das Gratificações de Produtividade e Representação de Gabinete, ressalvados os efeitos do Decreto n° 4640, de 11 de janeiro de 1989;

II - os salários de pessoal regido pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT;

III - os vencimentos previstos na Lei Complementar n° 35, de 24 de dezembro de 1986, com suas posteriores alterações.

Art. 2° - Ficam reajustados, a partir de 1° de abril de 1989, sobre os respectivos valores vigentes em dezembro de 1988, em 25,52% (vinte e cinco vírgula cinquenta e dois por cento) os salários dos professores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Art. 3° - O valor da Gratificação de Regência de Classe de que tratam o Art. 10, da Lei n° 7099, de 08 de janeiro de 1979; art. 1° da Lei n° 7507, de 15 de outubro de 1981 e art. 10 da Lei n° 7877, de 04 de julho de 1984, fica fixado em NCz\$ 1,40 (um cruzado novo e quarenta centavos).

Art. 4° - Os vencimentos de Secretários de Estado, Chefes das Casas Civil e Militar e Procurador Geral do Estado, ficam fixados em NCz\$ 821,39 (Oitocentos e vinte e um cruzados novos e trinta e nove centavos).

Art. 5° - O valor do salário-família, por dependente legal, fica reajustado para NCz\$ 1,60 (um cruzado novo e sessenta centavos) e o valor das pensões especiais em NCz\$ 28,55 (vinte e oito cruzados novos e cinquenta e cinco centavos).

Art. 6° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1° de abril de 1989, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 20 de abril de 1989, 168°

da Independência e 101° da República.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

DECRETO N° 5009

O VICE-GOVERNADOR, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o Art. 2° da Lei n° 8756, de 27 de abril de 1988 e considerando a variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor - IPC, relativa aos meses de fevereiro e março de 1989,

D E C R E T A:

Art. 1° - As tabelas constantes do Decreto n° 4974, de 20 de abril de 1989, passam, a partir de 1° de maio de 1989, a vigorar na forma do Anexo que faz parte integrante deste Decreto.

Art. 2° - Ficam reajustados em 9,91% (nove vírgula noventa e um por cento), na Administração Direta e Autárquica:

I - os valores das gratificações de Produtividade e Representação de Gabinete;

II - os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT;

III - os vencimentos previstos na Lei Complementar n° 35, de 24 de dezembro de 1986, com suas posteriores alterações.

Art. 3° - O valor da Gratificação de Regência de Classe de que tratam o art. 10, da Lei n° 7099, de 08 de janeiro de 1979, art. 1° da Lei n° 7507, de 15 de outubro de 1981 e art. 10 da Lei n° 7877, de 04 de julho de 1984, fica fixado em NCz\$ 1,54 (um cruzado novo e cinquenta e quatro centavos).

Art. 4° - Os vencimentos de Secretários de Estado, Chefes das Casas Civil e Militar e Procurador Geral do Estado ficam fixados em NCz\$ 902,79 (novecentos e dois cruzados novos e setenta e nove centavos).

Art. 5° - O valor do salário-família, por dependente legal, fica reajustado para NCz\$ 1,76 (um cruzado novo e setenta e seis centavos) e o valor das pensões especiais em NCz\$ 31,15 (trinta e um cruzados novos e quinze centavos).

Art. 6° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1° de maio de 1989, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 08 de maio de 1989, 168° da Independência e 101° da República.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

(Publicado anexo no final desta ata)

O SR. PEDRO TONELLI - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Após a leitura do procedimento, Vossa Excelência terá oportunidade de discutir com

veemência o projeto.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa esclarece ao Plenário que para a votação da Proposição n° 36/89, adotará o disposto pelo § 4°, do art. 66, da Constituição Federal, ou seja, o processo de votação será por escrutínio secreto.

E solicita aos Srs. Deputados que atentem para a forma a ser utilizada: o Sr. 1° Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados. Ao ser chamado, o Deputado deverá dirigir-se à Mesa dos trabalhos, onde receberá sobrecarta do Sr. 1° Secretário, após o que, dirigir-se-á à cabine indevassável, localizada à direita da Mesa, onde em seu interior encontram-se as cédulas de votação contendo as expressões "sim" ou "não". Os Srs. Deputados que pretenderem votar pela aprovação do projeto, com a conseqüente rejeição do veto, deverão manifestar-se, utilizando para votação a cédula que contém a expressão "sim". Os que desejarem votar pela manutenção do veto e conseqüente rejeição ao projeto, deverão utilizar-se das cédulas que contém a expressão "não". Após terem feito a sua opção de voto, deverão colocar a cédula na sobrecarta e depositá-la na urna que se encontra sobre a mesa.

A Presidência salienta que para aprovação do projeto e conseqüente rejeição ao veto, são necessários 28 votos, isto é, aqueles Deputados que votem com a cédula "sim", conforme previsão do § 4°, do Art. 66 da Constituição Federal.

Solicito ao Sr. 1° Secretário que após a discussão da matéria, proceda à chamada dos Srs. Deputados para votação.

Esclareço ainda aos membros da Comissão que fará o escrutínio, que será adotado o disposto no Art. 169 e 171 do Código Eleitoral, conforme decisão adotada pela Mesa, ou seja, deverá ser formulada a reclamação antes da proclamação do resultado.

O Sr. Deputado Pedro Tonelli pediu a palavra para discutir ou encaminhar a votação?

Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Srs.

Deputados, Sras. Deputadas, Srs. funcionários públicos, demais presentes nesta sessão de extrema importância para o funcionalismo público do Estado do Paraná.

É pela terceira vez, durante este ano legislativo, que estamos repetindo discussão da mesma matéria neste Parlamento.

É a terceira mensagem encaminhada neste ano, onde se discute e se coloca em

Curitiba, quinta, em 18.05.89

apreciação as reposições e as antecipações salariais, reposições de 88 e antecipação de 89 dos nossos funcionários públicos do Estado do Paraná, é essa discussão de hoje, discussão essa retomada do veto aposto pelo Sr. Governador do Estado, ao Projeto de Lei nº 69/89, torna-se repetida e redundante.

Essa iniciativa trata da atualização, porque a iniciativa do Governo do Estado do Paraná trata nada mais nada menos do que a reposição das perdas salariais acumuladas no período de janeiro a dezembro de 1988. Recomposição salarial feita pela diferença entre a variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor, descontadas, obviamente, as antecipações concedidas nesse mesmo período.

Sabemos todos nós que o próprio Governador do Estado do Paraná, Sr. Alvaro Dias, recuou de uma posição assumida por ele mesmo, vetando parte de um Projeto de Lei aprovado nesta Casa, especialmente num inciso que previa uma reposição de 39%, veto este que foi aclamado no início do ano, quando no dia 03 de março, depois de aprovado por este Parlamento, ele voltou atrás à sua iniciativa, arrependeu-se do que fez e vetou o percentual por ele mesmo proposto.

Naquele mesmo momento as justificativas apresentadas foram as mais disparatadas possíveis. O Governador caiu na contradição dizendo de público que os 39% se referiam à projeção da inflação do mês de janeiro, como a proposta do plano verão era para zerar a inflação, o Sr. Governador concluía como desnecessário o reajuste previsto para março. Como podemos ver, o raciocínio do Sr. Governador demonstra falta de informação, porque os próprios fatos não tardaram muito para provar que ele estava faltando com a verdade naquele momento, quando vetava os 39%.

Essa novela teve um capítulo seguinte, onde numa votação de triste lembrança, aqui neste Plenário, foi mantido o veto de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado. Sacrificou-se ainda mais os servidores, e é bom lembrar que naquele momento já conhecíamos o IPC de janeiro, que foi de 70.28; conhecíamos o IPC de fevereiro que era de 3.60%, mesmo assim o veto foi mantido em uma grave demonstração de subserviência deste Poder ao Poder Executivo.

Numa reação natural...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa pede, por obséquio, às pessoas que não fazem parte do Plenário, que ocupem as laterais, estamos tratando de matéria importante e o processo de votação não pode ser tumultuado.

Mais uma vez a Mesa solicita às pessoas que não são Deputados, que ocupem as

laterais.

O SR. PEDRO TONELLI - Posso continuar, Sr. Presidente? Agradeço.

A novela dos 39% do funcionalismo assume a partir de março uma nova fase. No dia 06 de abril, quando o Governador Alvaro Dias, em grande estilo, convocou a imprensa para anunciar o envio de mensagem ao Legislativo Estadual, propondo novamente o reajuste que ele havia proposto anteriormente, de 39.27% ao funcionalismo, pagável a partir de abril, a incidir sobre o salário de dezembro, também está embutido nessa Mensagem um reajuste a título de antecipação de 9.91% a ser concedido em maio sobre os salários de abril, já corrigidos. E numa reação, creio eu que era muito natural, é bom lembrar, a bancada do PMDB que há questão de um mês antes atendendo ao apelo do Poder Executivo, havia mantido o veto do Sr. Governador.

Em abril a bancada do PMDB, parte dela, assumiu a postura de alto grau madura, de independência, coerente com os princípios do Poder Legislativo, e aqui neste Parlamento teve a ombridade de se somar às oposições e alterar o mérito da mensagem palaciana propondo a reposição de 39% sobre os ganhos de março, que aprovada essas emendas, obviamente repararia as reposições integrais de 88.

Os funcionários públicos do Estado do Paraná não teriam reposto, a diferença dos 39% sobre o 88, referente ao mês de janeiro, fevereiro e março.

Portanto, foi a nova etapa que nós tivemos nessa novela das reposições salariais aqui neste Parlamento.

Nesse momento, na ausência de Sua Excelência o Sr. Governador, entrou em cena o vice-Governador, Ary Queiroz. No momento exercendo a função de Governador, vetou o projeto alegando falta de condições financeiras do Estado, para honrar o reajuste estabelecido.

E, através de um Decreto, o Decreto nº 4974, o Governador em exercício, revalidou o reajuste de 39%, calculado sobre os salários de dezembro. E, talvez seria bom ressaltar que o vice-Governador em exercício, faz a seguinte referência: "Considerando que o Poder Executivo pretende complementar a variação acumulada do Índice de Preço do Consumidor - IPC, relativo ao período de janeiro a dezembro de 1988".

Portanto, eis aqui mais uma prova, uma prova final das inverdades proferidas por Sua Excelência o Governador Alvaro Dias, por ocasião do primeiro veto, porque neste, ele afirmava que 88 estava liquidado. O vice-Governador, em exercício, justifica por escrito que ele dá os 39% por Decreto, alegando que estava refazendo as reposições do IPC de 1988.

A primeira observação a ser feita, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é de que o Executivo tem tratado esta Casa com desinibido desdém.

Mas, não precisamos pensar muito, para lembrarmos que até bem pouco tempo Sua Excelência o Governador confiava absolutamente na sua expressiva maioria aqui nesta Casa.

Com o amadurecimento de certas posturas políticas, essa base de apoio sofreu uma progressiva decomposição, nem as chantagens encenadas pelo Executivo passaram a surtir efeito, o que ficou comprovado por ocasião da aprovação de uma emenda inteligente apresentada neste Parlamento, pelo nobre Deputado Ferrari Júnior, subscrita por uma série de outros Parlamentares, que aclamaram e proclamaram a independência deste Poder, com relação ao Poder Executivo.

A partir do momento em que o Poder Executivo constatou, essa proclamação deixou de ser uma correia de transmissão dos seus impulsos, e aí o Poder Executivo voltou a utilizar o mecanismo do decreto, aliás já condenado pela Nação e que agora voltou a ser utilizado, tanto pelo Presidente Sarney, através de suas medidas provisórias, como pelo Governo do Estado, quando ele vê que o Parlamento não o apóia mais e procura dar os reajustes e as devidas reposições por decreto, como foi feito o último.

E nós, Parlamentares, este Parlamento tem que se redimir de um erro que já cometemos. Não todos, mas o Parlamento cometeu, em delegar poderes ao Executivo para decidir a política salarial do nosso Estado, por decreto. Não podemos, agora, mais, acatar um erro da imposição, caracterizada por este veto, aqui ora em apreciação.

Primeiro: o Executivo encaminha uma Mensagem propondo um reajuste ao funcionalismo, como esta Casa fugiu à regra de ser uma mera aprovadora dos projetos do Executivo, embutindo uma emenda justa, agora o Governo resolve recuar, apelando para os decretos.

Terceira consideração, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este comportamento é incompatível com as novas prerrogativas do Poder Legislativo, que foram revigoradas pela Constituição Federal e que pretendemos reproduzir aqui na Constituição do Estado do Paraná, que nós estamos discutindo e escrevendo, neste momento.

Nós devemos estar certos de que o Governador deve estar se espelhando no exemplo do Presidente Sarney, que prefere governar escudado pelas medidas provisórias. O veto apostado pelo Governador Alvaro Dias é justificado em dois argumentos: primeiro, pela sua alegada inconstitucionalidade; e segundo, pela propalada instabilidade

de orçamentária e financeira do Paraná. A primeira, a questão da inconstitucionalidade é a de que soa muito estranho o Governador Alvaro Dias falar em matéria inconstitucional, quando nós sabemos muito bem que o último veto, não este que está em discussão, o último foi um veto completamente inconstitucional. E discutido por este Parlamento. No entanto, ele vetou, mesmo sendo inconstitucional.

Sabemos muito bem que é inconstitucional também o Poder Legislativo abrir mão dos poderes, dar poderes para o Executivo legislar por decreto. No entanto, apesar de inconstitucional, assim foi feito. Portanto, a alegação da inconstitucionalidade é agora porque fere o interesse dos trabalhadores. Aí se alega a inconstitucionalidade. Mas, quando atende aos interesses do Executivo, aí pouco importa se é ou não constitucional. Entretanto, este não foi o único ato inconstitucional. Nós já tivemos muitos. O Deputado Líder do PSDB, nesta Casa, já denunciou e já pediu providências quanto à inconstitucionalidade da publicidade dos gastos publicitários do Governo Alvaro Dias. No entanto, ele não volta atrás e não cumpre a Constituição. Como é que se alega inconstitucionalidade, nestas emendas apresentadas com inteligência, com maturidade, por este Parlamento?

Um outro argumento que nos parece ainda mais fácil de ser derrubado: se o Governo do Paraná não vem conseguindo repor, nem com atraso, as perdas salariais dos seus servidores, significa uma confissão pública de incompetência administrativa. O que não condiz com a pregação demagógica feita pelo Governador e pelo Governo, em ricas campanhas publicitárias, porque ele sempre apregoa, apregou e continua apregoando que a máquina administrativa que puniu os corruptos, que moralizou a administração, que limitou as dilações de prazos para o recolhimento de tributos e que a receita do Estado tem crescido e tantas outras virtudes. Donde se conclui ser inconciliável esta pregação com a política salarial adotada por esse governo.

Durante a vigência da URP o Governo do Estado nunca pagou em dia. Agora o IPC acumulado de 88 foi zerado apenas no mês de abril.

Quer dizer, durante o mês de janeiro, fevereiro, março, mesmo que a inflação tivesse desaparecido os servidores do Paraná receberam salários defasados em 39%. Essa diferença não foi indenizada em abril.

É por isso que nós devemos, hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, derrubar, se possível derrubar este veto, para reparar pelo menos uma parte dessa injustiça. O Governo tem se revelado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um péssimo patrão e agora assume um outro papel, de negador de conta

aos funcionários públicos do Estado do Paraná.

Contudo, não podemos ignorar o que ocorreu com a economia do país, de janeiro para cá. A inflação acumulada nesses 4 meses de janeiro, fevereiro, março e abril é de 100,83% pelo IPC e 80,39% pelo INPC. outro indicativo que poderá tomar é a variação do custo de vida acompanhada pelo IPARDES que nesses quatro meses somou o custo de vida em 78% a mais, nesses primeiros quatro meses do ano.

As tarifas públicas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apesar do período de congelamento, subiram 67,43%. Esses números são ilustrativos e servem para mostrar a disparidade que a política salarial praticada pelo Governo do Estado e as tarifas que ele cobra e o custo de vida que objetiva ser saneado pelo salário dos funcionários públicos.

O Governo do Estado do Paraná baixou por decreto um reajuste de 9,91% em maio, referente ao IPC de fevereiro e março. Perguntamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, onde foi parar o IPC de janeiro, que teve um arrocho, um desgaste de 70,28%, o sistema TELEBRÁS, com data-base de primeiro de janeiro, quando foram zeradas as perdas de 88, tem concedido um aumento real de 4% e acabam de conquistar na luta por reposição de 30% de aumento.

Esse é um exemplo. Nós temos tantos.

Os tribunais julgando os dissídios das iniciativas privadas, das empresas que estão concedendo 40, 50, 60, 30%. O Governo Federal, o Governo Sarney, está concedendo mais que o dobro do que está oferecendo Sua Excelência o Sr. Governador Álvaro Dias.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se olharmos os números; se olharmos para face dos nossos funcionários públicos; se vamos pensar com maturidade, com responsabilidade, não faremos cara feia, não. Nós derrubaremos esse veto e vamos fazer justiça e conceder parte da reivindicação justa e da reposição justa dos vencimentos dos nossos funcionários públicos.

E quero dizer mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para não dizerem aqui que o Partido dos Trabalhadores fala mas não apresenta soluções, eu devo dizer, a bem da verdade, porque ontem neste parlamento um Parlamentar fez um desafio e eu quero responder a esse Parlamentar.

A administração de Luíza Erundina, do nosso partido em São Paulo, tem uma política salarial com seus funcionários públicos, sim. Temos aqui publicado: os funcionários públicos municipais de São Paulo que ganhavam 100 cruzados em 1º de janeiro, sabem quanto é que estão recebendo hoje? Estão recebendo 428 cruzados, quem ga-

nhava 100 cruzados por mês, em 1º de janeiro. A Prefeita Luíza Erundina está aumentando o salário de seus funcionários, de acordo com o DIEESE. Não só o PT e não é só o Sr. Sarney que deu mais que Sua Excelência o Governador Álvaro Dias, o Prefeito de Curitiba, Sr. Jaime Lerner, deu todas as reposições de 88 e deu 37, que eu testemunhei os debates, lá na Câmara Municipal, a semana passada, ele deu 37% neste ano. Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não estamos aqui pedindo milagres, não estamos pedindo o impossível, nós queremos que justiça seja feita aos funcionários públicos do Estado do Paraná!

Dizer que não tem recursos, ter ou não ter recursos depende, única e exclusivamente, de vontade política. Tem que ter vontade política de pagar menos para as empreiteiras, de pagar menos para a publicidade oficial, e priorizar para funcionários públicos.

A Prefeita Erundina, em São Paulo, assumiu com 164 bilhões de dólares de dívida na prefeitura, com várias obras inúteis do Prefeito Jânio Quadros, e a Prefeita Luíza Erundina colocou a passos lentos estas grandes obras, colocou a passos lentos o pagamento da dívida, mas não puniu os funcionários públicos em nome de obras faraônicas, muitas vezes, muitas delas de necessidade discutível.

Então, Sua Excelência o Sr. Governador do Estado do Paraná, não pode ir à imprensa dizer que é o melhor Estado do Brasil, Sua Excelência o Secretário das Finanças dizer que as finanças estão se recuperando, que com a nova lei do ICMS, o momento de safra, o momento da colheita e o aumento da produção, como que o Estado está arrecadando menos? Quem paga energia elétrica, quem paga água, quem paga ICMS não está falando que está recolhendo menos não, está pagando mais! Como? Tem que tomar medidas políticas, medidas políticas que, muitas vezes, causam aborrecimentos, mas que muitas vezes são necessárias, porque uma administração pública não pode ser salutar se o funcionalismo público está passando fome, está na miséria!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, para finalizar, sinceramente, fiquei estarecido hoje pela manhã, quando recebi cópias dos contracheques dos funcionários do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, fiquei completamente estarecido quando percebi que um auxiliar de mecânico do DER ganha 113 cruzados por mês! Fico estarecido quando um mecânico ganha 141 cruzados por mês! Quando um operador ganha 141 cruzados por mês, um operador de trator, de motoniveladora, de pá carregadeira! Quem pode concordar que é possível viver com um salário desses? Depois vemos meia dúzia de empresários dizer

que os funcionários públicos precisam ganhar menos, dizer, perguntar, quem governa os governantes? Será que são esses que estão ganhando 130 cruzados por mês? Será que eles são os que governam os governantes? Acho que não, Sr. Presidente, Srs. Deputados, acho que quem governa os governantes são aqueles que estão de bolso cheio. São aqueles que estão ganhando através das concorrências, aqueles que estão ganhando através dos acertos de bastidores de gabinete que são feitos, através das dilações, através das invenções, esses é que governam os governantes, esses é que devem ser punidos.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje nós deveríamos derrubar sim este veto para dar uma lição de comprometimento com os funcionários públicos, que são aqueles que fazem funcionar este Estado, que fazem governar este Governo. Mas, nós precisamos, como esclareceu muito bem o nosso Presidente nesta sessão, precisamos, para derrubar esse veto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de 28 votos e sabemos que nós não temos aqui, não temos porque tem uma delegação de Parlamentares que está viajando, representando este Poder Legislativo e não pôde estar aqui hoje. Então, nós temos que recorrer ao recurso da minoria, nós temos, as oposições terão que não permitir que se decida hoje, para que os nossos companheiros parlamentares retornem, para que nós tenhamos aqui 28 votos e nós por enquanto não vemos materializado, analisando a nossa geografia interna, nós percebemos que não temos aqui materializada a presença de 28 votos para derrubar esse veto.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fica registrado aqui neste momento que nós teremos que não participar dessa votação em defesa dos funcionários públicos, em defesa de 185 mil famílias, porque se nós não conseguirmos derrubar, esse veto será mantido e nunca mais eles poderão reivindicar o seu direito.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados...

(palmas)

... apelo à consciência de todos os que aqui estão, que hoje, se não for possível, mas o dia em que nós decidirmos, nós decidiremos pelo melhor, fazendo justiça e derrubando esse veto e mostrando ao Executivo que ele tem que ter mais coerência, mais comprometimento, uma atenção especial com os funcionários públicos do Estado do Paraná.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Pela ordem, o Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA - Sr. Presidente, eu gostaria de registrar nos Anais da Casa, a presença do vereador de Kaloré, Antônio Colombo, do vice-prefeito Davi Heleno da Silva e do nosso companheiro Otávio Gonçalves.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Inicia-se o processo de votação.

Os Srs. Deputados que participaram da discussão e encaminhamento da votação, deverão permanecer em plenário.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Pela Ordem, Sr. Presidente.

Solicito que Vossa Excelência, antes do início do processo de votação determine a chamada nominal dos Srs. Deputados; faço esta solicitação, se V.Exa. me permitir argumentar e justificá-la, Sr. Presidente, porque recebi a incumbência honrosa dos Srs. Parlamentares da Oposição, tanto do Partido do PSDB, quanto do PTB, quanto dos companheiros do PFL, dos companheiros do PT, do PDC, e deste Partido que represento, e do PL igualmente, para que manifestássemos a esta Casa e ao povo do Paraná, que, entre ficar com o Projeto dos poderosos do Palácio, e ficar com a aspiração justa dos trabalhadores, civis, militares do Estado do Paraná, as oposições hoje, usando um direito e uma prerrogativa regimental resolvem retirar-se do plenário, porque sabemos que possuímos apenas 22 votos, o que não daria o quorum qualificado necessário para a derrubada do veto governamental; à vista de que não possuímos nesta tarde, 28 Srs. Parlamentares.

Por isto, solicito de V. Exa., já que participei, em razão desta questão de ordem, do processo de discussão da matéria, solicito que V.Exa. proceda à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa lamenta não atender à questão de ordem levantada por V. Exa., porque nós estamos votando democraticamente.

Se as galerias continuarem se manifestando, a Mesa vai determinar a desocupação das galerias. Nós queremos fazer uma votação leal e de respeito à vontade de cada Deputado.

A questão de ordem é indeferida, porque, no processo de votação se procederá à chamada nominal. Se não der o número necessário, a Mesa anula a votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu agradeço o esclarecimento de V. Exa., Sr. Presidente.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Pela ordem, Sr. Presidente.

Só para restabelecer, Sr. Presidente, a verdade.

Não são exatamente 22, todos nós sabemos que, tanto da Bancada do PMDB, como da Bancada das Oposições, têm nobres Parlamentares em missão oficial na Alemanha.

Portanto, que não levamos somente o nome do PMDB à pecha, de estarmos aqui com menos Deputados. Só para restabelecer esta verdade, Sr. Presidente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, nós poderíamos adiantar, de que a delegação desta Assembléia Legislativa do Estado, para a Alemanha, ela possui na verdade, mais Parlamentares do PMDB, do que da Oposição.

Constatou-se aqui, ao iniciarmos esta sessão, a presença de 32 Srs. Deputados; que existe o quorum suficiente para a votação da Mensagem Governamental. O que nós não queremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. funcionários públicos do Paraná, é vivermos sempre diante da demagogia e de protelar as decisões, levando ilusões fantasmas aos servidores públicos.

Nós sabemos realmente, que aqui na Bancada do PMDB existem Deputados que votarão a favor dos funcionários públicos do Paraná. O que nós não podemos - eu até gostaria de justificar, Sr. Presidente, - a própria emenda é do Deputado Ferrari Júnior, que é do PMDB. Então, eu não estou mentindo, eu estou dizendo a verdade neste Poder Legislativo. O que nós não podemos aceitar são certos Deputados que vão à tribuna fazer demagogias, querer somar votos em cima de emendas demagógicas. Nós não podemos permitir mais isso neste Parlamento. Eu quero ver a Oposição, neste momento, é a presença dela no plenário para votar, se vencer ou não vencer... mas, o importante é a presença do Deputado para decidir esta Mensagem sem trazer demagogia aos funcionários públicos do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A mesa vai formular uma retificação na questão de ordem levantada pelo Deputado Luiz Alberto desde que as Lideranças dos Partidos, aqui presente, concordem que se proceda à chamada nominal antes da votação.

Consulto a Representação do PMDB se concorda que se proceda à chamada nominal antes da votação.

O SR. LAURO LOBO ALCÂNTARA - Concordo, Senhor Presidente.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Em nome dos Partidos de Oposição, Senhor Presidente, por designação expressa, concordamos

que seja feita a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Então, vai-se proceder à chamada nominal.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Tem a palavra pela ordem o Sr. Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu gostaria que V.Exa. consultasse todas as Lideranças de Partido. Porque a Liderança do PDS falou por outras Lideranças que nem em plenário estão presentes.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa respeita a palavra do Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vai-se proceder à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Pirajá Ferreira) (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa faz constar a presença do Deputado Pedro Tonelli.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Continua a Chamada Nominal).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Responderam a chamada 22 (vinte e dois) Srs. Deputados, há quorum para prosseguimento da sessão e não há para votação.
(palmas)

A decisão do veto será marcada oportunamente em sessão que será especial e considerada a matéria com a sua discussão encerrada.

O SR. ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) Apenas para esclarecimento, V. Exa. fará a marcação da sessão especial, para discussão do veto, um acordo com as lideranças de todos os partidos nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa vai proceder à inscrição da sessão que fará a votação da matéria ouvindo as lideranças.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu agradeço V.Exa. e solicito por fim, que V. Exa. considere a matéria encerrada, o manifesto publicado hoje nos principais jornais deste Estado, pela Associação dos Servidores

Públicos do Estado do Paraná, presidida pelo Dr. Fausto Luiz Abry, um manifesto onde solicita o voto consciente dos Senhores Parlamentares desta Casa à chamada Emenda Ferrari Júnior.

Igualmente, desejo registrar, Sr. Presidente, o apoio a esta reivindicação que está sendo promovida, não só pela presença, mas por manifestação dos Senhores professores do Estado do Paraná, especialmente pela professora Izolde Andreata, Presidente da Associação dos Professores do Estado do Paraná.

(Lê):

Não é nova a luta do funcionalismo público estadual para atualizar seus vencimentos, sempre defasados, adequando-os à realidade do seu dia-a-dia.

Os servidores não pedem muito. Nem reclamam absurdos. Longe disso, o que querem o que pedem, o que reclamam é um tratamento justo e digno. Reivindicam, sim, ganhos que lhes dêem tranquilidade para trabalhar e que representem uma retribuição justa aos serviços que prestam.

A Associação dos Servidores Públicos do Paraná - ASPP, ao longo dos anos, tem estado na linha de frente, sempre atenta aos reclamos da categoria. Jamais se omitiu ou deixou de clamar contra as injustiças de que são vítimas os funcionários. E o faz, sempre, tendo em conta a situação de penúria em que vive grande parte dos mais de 170 mil paranaenses que prestam serviços ao Governo do Estado do Paraná.

E exatamente agora se sente no dever de, uma vez mais, vir à público, afim de alertar a opinião pública para as dificuldades vividas pelos servidores é que, nesta quinta-feira, dia 18, a Assembleia Legislativa do Estado deverá apreciar o veto do Senhor Governador do Estado à emenda que altera o projeto original, do Executivo, modificando o critério de reajuste dos funcionários públicos paranaenses. Emenda que visa justamente fazer com que a majoração proposta pelo Executivo, correspondente a 39,27% passe a vigorar a partir de 1º de março - retroativamente, portanto - e não a partir de 1º de abril. E mais: que o reajuste, pela emenda, passe a incidir sobre os vencimentos de abril e não sobre os de dezembro, como propôs o Chefe do Executivo estadual.

Naturalmente, a emenda levou em conta as agruras que a classe vem enfrentando, face inegável defasagem que atinge os servidores. O tratamento que dispensa à matéria, em verdade, apenas ameniza a situação, sem representar uma reposição efetiva das perdas salariais verificadas em decorrência dos Planos Cruzado e de Verão, con-

forme dados levantados pelo DIEESE e outras instituições.

Já as alegações do Governo, para vetar a emenda, não convencem. Afinal, o Estado precisa reconhecer que os servidores ganham mal e que não encontram estímulo para o trabalho. Precisa reconhecer, principalmente, que os servidores são peça fundamental do serviço público. E que, mal pago, não produzirá aquilo que dele se espera.

Em suma, cabe aos nobres Senhores Deputados, de todas as Bancadas, uma tomada de posição. Inicialmente, comparecendo à sessão de quinta-feira. E, então, votando contra o veto, a fim, de que prevaleça a emenda, já aprovada pela Assembleia, mas que, agora, depende dessa confirmação.

Aos Deputados estaduais, portanto, fica o apelo dos servidores públicos do Paraná. Apelo que traduz confiança e esperanças em dias um pouco melhores, para uma classe que vem arcando com dificuldade de toda sorte para sobreviver.

Ao mesmo tempo, recomendamos aos colegas funcionários que procurem comparecer à Assembleia Legislativa, a fim de acompanhar a votação, nesta mesma quinta-feira. É preciso estarmos atentos. Só assim, faremos valer nossos direitos e mostrar nossa força. A oportunidade é agora. Por isso, conclamamos todos os servidores no sentido de que façam sentir aos Deputados que a classe, unida, espera e confia na rejeição do veto governamental".

Curitiba, 18 de maio de 1989.

FAUSTO LUIZ ABRY
Presidente da ASPP

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Deferida a questão de ordem levantada por Vossa Excelência.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte.

ORDEM DO DIA:

- 3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 12/89
- 2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 227/87, 306/88, 341/88, 28/89, 33/89, 39/89, 75/89, 92/89, 106/89, e dos Projetos de Resolução ns. 78/88, 88/88 e 03/89.
- 1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 83/89.

Levanta-se a sessão.

ANEXO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 4.974/89

VIG. 04/89		ANEXO
TABELA I		
POLICIA MILITAR		
SOLDADO DO POSTO DE CORONEL		276,11
TABELA II		
COORDENADORIA DA RECEITA DO ESTADO - CRE		
AGENTE FISCAL 1, CLASSE "C", REFERENCIA IV		149,94
DIRETOR DA CRE (EM COMISSAO)		178,51
AGENTE FISCAL 4, CLASSE "D"		61,01
TABELA III		
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE		
PROCURADOR - CLASSE I		391,37
PROCURADOR - CLASSE II		367,89
PROCURADOR - CLASSE III		344,41
PROCURADOR - CLASSE IV		320,93
PROCURADOR - CLASSE V		297,44
TABELA IV		
ENGENHEIROS		
ENGENHEIRO DE 1a. CLASSE		618,42
ENGENHEIRO DE 2a. CLASSE		557,59
ENGENHEIRO DE 3a. CLASSE		502,88
ENGENHEIRO DE 4a. CLASSE		453,61
ENGENHEIRO DE 5a. CLASSE		404,36

VIG. 04/89		TABELA V				
QUADRO PROPRIO DO MAGISTERIO						
REFERENCIA	A-1	B-2	C-3	D-4	E-5	
1	117,06	134,62	161,54	185,77	213,64	
2	120,92	139,06	166,87	191,90	220,69	
3	124,91	143,65	172,38	198,24	227,97	
4	129,03	148,39	178,07	204,78	235,49	
5	133,29	153,29	183,94	211,54	243,27	
6	137,69	158,35	190,01	218,52	251,29	
7	142,24	163,57	196,28	225,73	259,59	
8	146,93	168,97	202,76	233,18	268,15	
9	151,78	174,54	209,45	240,87	277,00	
10	156,79	180,30	216,37	248,82	286,14	
11	161,96	186,25	223,51	257,03	295,59	

VIG.04/89 TABELA VI		
QUADRO UNICO		
PROF.S/HABIL. E PROF.REGIONALISTA		
REFERENCIA	S/HABILIT.	REGIONAL.
1	87,79	99,50
2	90,43	102,49
3	93,14	105,56
4	95,94	108,73
5	98,81	111,99
6	101,78	115,35
7	104,83	118,81
8	107,98	122,37
9	111,22	126,04
10	114,55	129,83
11	117,99	133,72

VIG. 04/89 TABELA VII			
MAGISTERIO DO ENSINO SUPERIOR			
REFERENCIA	INSTRUTOR	ASSIST.	TITULAR
1	223,51	232,45	241,74
2	234,68	244,07	253,83
3	246,41	256,27	266,52
4	258,74	269,08	279,85
5	271,67	282,54	293,84
6	285,26	296,67	308,53
7	299,52	311,50	323,96
8	314,49	327,07	340,16
9	330,22	343,43	357,16
10	346,73	360,60	375,02
11	364,07	378,63	393,77

VIGÊNCIA: ABRIL DE 1989

TABELA IX
PODER EXECUTIVO - QUADRO GERAL

A) VENCIMENTOS PARA 40 HORAS SEMANAIS

PADRÃO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	83,89	87,25	90,74	94,37	98,14	102,07	106,15	110,40	114,81	119,40	124,18
B	94,10	97,86	101,78	105,85	110,08	114,49	119,07	123,83	128,78	133,93	139,29
C	105,55	109,77	114,17	118,73	123,48	128,42	133,56	138,90	144,46	150,23	156,24
D	118,40	123,13	128,06	133,18	138,51	144,05	149,81	155,80	162,04	168,52	175,26
E	132,81	138,12	143,64	149,39	155,37	161,58	168,04	174,77	181,76	189,03	196,59
F	148,97	154,93	161,13	167,57	174,27	181,25	188,49	196,03	203,88	212,03	220,51
G	167,10	173,78	180,74	187,96	195,48	203,30	211,43	219,89	228,69	237,84	247,35
H	333,22	346,54	360,41	374,82	389,81	405,41	421,62	438,49	456,03	474,27	493,24
I	400,99	417,03	433,71	451,06	469,10	487,87	507,38	527,68	548,78	570,74	593,56

B) VENCIMENTOS PARA 30 HORAS SEMANAIS

A	62,92	65,44	68,05	70,78	73,61	76,55	79,61	82,80	86,11	89,55	93,14
B	70,58	73,40	76,34	79,39	82,57	85,87	89,30	92,87	96,59	100,45	104,47
C	79,17	82,33	85,63	89,05	92,61	96,32	100,17	104,18	108,34	112,68	117,19
D	88,80	92,35	96,05	99,89	103,88	108,04	112,36	116,86	121,53	126,39	131,45
E	99,61	103,59	107,74	112,05	116,53	121,19	126,04	131,08	136,32	141,77	147,44
F	111,73	116,20	120,85	125,68	130,71	135,94	141,37	147,03	152,91	159,03	165,39
G	125,33	130,34	135,55	140,98	146,62	152,48	158,58	164,92	171,52	178,38	185,52
H	249,91	259,91	270,30	281,11	292,36	304,05	316,21	328,86	342,02	355,70	369,93
I	300,74	312,77	325,28	338,29	351,82	365,90	380,53	395,75	411,58	428,05	445,17

C) VENCIMENTOS PARA 20 HORAS SEMANAIS

J	272,59	283,49	294,83	306,63	318,89	331,85	344,91	358,71	373,06	387,98	403,50
---	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

VIC. 04/89		TABELA VIII	
QUADRO UNICO - PROFESSOR ENQUADRADO			
LP -LICENCIATURA PLENA - 22 HORAS		78,09	
LP -LICENCIATURA PLENA - 15 HORAS		55,51	
LP -LICENCIATURA PLENA - 10 HORAS		49,48	
LC -LICENCIATURA CURTA - 22 HORAS		67,09	
LC -LICENCIATURA CURTA - 15 HORAS		50,11	
LC -LICENCIATURA CURTA - 10 HORAS		49,06	
NL -NAO LICENCIADO - 22 HORAS		56,43	
NL -NAO LICENCIADO - 15 HORAS		49,78	
NL -NAO LICENCIADO - 10 HORAS		48,23	

VIG. 04/89	TABELA X	
CARGOS EM COMISSAO DOS PODERES EXECUTIVOS, LEGISLATIVO, JUDICIARIO E DO TRIBUNAL DE CONTAS		
A - CARGOS DE DIRECAO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DAS		
SIMBOLO DAS-1.....		445,41
DAS-2.....		408,01
DAS-3.....		376,09
DAS-4.....		332,66
DAS-5.....		299,70
B - CARGOS EM COMISSAO		
SIMBOLO 1-C.....		164,75
2-C.....		152,15
3-C.....		140,45
4-C.....		129,73
5-C.....		119,86
6-C.....		110,73
7-C.....		102,47
8-C.....		94,74
9-C.....		87,72
10-C.....		81,11
11-C.....		75,26
12-C.....		69,64
13-C.....		64,55
14-C.....		59,91
15-C.....		57,49
TABELA XI		
FUNCAO GRATIFICADA DOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIARIO E DO TRIBUNAL DE CONTAS		
SIMBOLO 1-F.....		15,40
2-F.....		13,08
3-F.....		11,53
4-F.....		9,26
5-F.....		8,46
6-F.....		6,91
7-F.....		5,36
8-F.....		4,63
9-F.....		3,78
10-F.....		3,07
TABELA XII		
ASSESSORES JURIDICOS DO TRIBUNAL DE JUSTICA		
ASSESSOR JURIDICO - CLASSE I.....		391,37
ASSESSOR JURIDICO - CLASSE II.....		368,19
ASSESSOR JURIDICO - CLASSE III.....		344,41

VIG. 04/89

TABELA XIII

PESSOAL EFETIVO DOS TRIBUNAIS DE JUSTICA E DE ALCADA

NIVEL 01.....	230,51
02.....	216,68
03.....	202,85
04.....	188,70
05.....	175,19
06.....	161,36
07.....	147,53
08.....	133,70
09.....	129,09
10.....	119,87
11.....	106,03
12.....	92,20

VIG. 04/89

TABELA XIV

PESSOAL EFETIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PROCURADOR		479,35
CONSULTOR LEGISLATIVO "A"	NIVEL 1	296,77
CONSULTOR LEGISLATIVO "B"	NIVEL 2	278,97
CONSULTOR LEGISLATIVO "C"	NIVEL 3	261,16
CONSULTOR LEGISLATIVO "D"	NIVEL 4	243,35
MEDICO "A"	NIVEL 4	243,35
MEDICO "B"	NIVEL 5	225,55
MEDICO "C"	NIVEL 6	217,99
DENTISTA "A"	NIVEL 4	243,35
DENTISTA "B"	NIVEL 5	225,55
JORNALISTA E REDATOR "A"	NIVEL 5	225,55
SECRETARIO DE COMISSAO	NIVEL 3	261,16
TAQUIGRAFO "A"	NIVEL 3	261,16
TAQUIGRAFO "B"	NIVEL 4	243,35
TECNICO LEGISLATIVO	NIVEL 7	202,86
OFICIAL LEGISLATIVO "A"	NIVEL 8	147,53
OFICIAL LEGISLATIVO "B"	NIVEL 9	133,70
OFICIAL LEGISLATIVO "C"	NIVEL 10	119,87
OFICIAL LEGISLATIVO "D"	NIVEL 11	92,21

ANEXO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 5009 '89

VIG. 04/89	TABELA XV		
PESSOAL EFETIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS			
CONSULTOR TECNICO			479,35
SERIE DE CLASSE	CLASSE	REFERENCIA	VALOR
TC-I	A	I	296,77
	B	I	278,97
	C	I	261,16
ND-II	A	I	243,35
	B	I	225,55
BB-III	A	I	225,55
	B	I	207,74
PC-IV	A	I	225,55
	B	I	207,74
QC-V	A	I	207,74
	B	I	189,93
	C	I	172,13
TQ-VI	A	I	207,74
	B	I	189,93
OP-VII	A	I	189,93
	B	I	172,13
AC-VIII	A	I	154,32
	B	I	136,51
AD-IX	A	I	130,58
	B	I	118,71
TL-X	A	I	92,21

VIG. 05/89	ANEXO	
	TABELA I	
	POLICIA MILITAR	
	SOLDO DO POSTO DE CORONEL	303,47
	TABELA II	
	COORDENADORIA DA RECEITA DO ESTADO - CRE	
	AGENTE FISCAL 1, CLASSE "C", REFERENCIA IV	164,80
	DIRETOR DA CRE (EM COMISSAO)	196,19
	AGENTE FISCAL 4, CLASSE "D"	67,06
	TABELA III	
	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE	
	PROCURADOR - CLASSE I	430,16
	PROCURADOR - CLASSE II	404,35
	PROCURADOR - CLASSE III	378,54
	PROCURADOR - CLASSE IV	352,73
	PROCURADOR - CLASSE V	326,92
	TABELA IV	
	ENGENHEIROS	
	ENGENHEIRO DE 1a. CLASSE	679,71
	ENGENHEIRO DE 2a. CLASSE	612,84
	ENGENHEIRO DE 3a. CLASSE	552,71
	ENGENHEIRO DE 4a. CLASSE	498,57
	ENGENHEIRO DE 5a. CLASSE	444,43

VIG. 05/89		TABELA V			
QUADRO PROPRIO DO MAGISTERIO					
REFERENCIA	A-1	B-2	C-3	D-4	E-5
1	128,66	147,96	177,55	204,18	234,81
2	132,91	152,84	183,41	210,92	242,56
3	137,29	157,89	189,46	217,88	250,56
4	141,82	163,10	195,71	225,07	258,83
5	146,50	168,48	202,17	232,50	267,37
6	151,34	174,04	208,85	240,17	276,20
7	156,33	179,78	215,74	248,10	285,31
8	161,49	185,71	222,86	256,28	294,73
9	166,82	191,84	230,21	264,74	304,45
10	172,32	198,17	237,81	273,48	314,50
11	178,01	204,71	245,66	282,50	324,88

VIG. 05/89 TABELA VI		
QUADRO UNICO		
PROF.S/HABIL. E PROF.REGIONALISTA		
REFERENCIA	S/HABILIT.	REGIONAL.
1	96,50	109,36
2	99,39	112,64
3	102,37	116,02
4	105,44	119,50
5	108,61	123,09
6	111,86	126,78
7	115,22	130,58
8	118,68	134,50
9	122,24	138,54
10	125,90	142,69
11	129,68	146,97

VIG. 05/89		TABELA VII	
MAGISTERIO DO ENSINO SUPERIOR			
REFERENCIA	INSTRUTOR	ASSIST.	TITULAR
1	245,66	255,48	265,70
2	257,94	268,26	278,99
3	270,83	281,67	292,93
4	284,38	295,75	307,58
5	298,60	310,54	322,96
6	313,52	326,07	339,11
7	329,20	342,37	356,06
8	345,66	359,49	373,87
9	362,94	377,46	392,56
10	381,09	396,34	412,19
11	400,15	416,15	432,80

VIG. 05/89		TABELA VIII
QUADRO UNICO - PROFESSOR ENQUADRADO		
LP -LICENCIATURA PLENA - 22 HORAS	85,83	
LP -LICENCIATURA PLENA - 15 HORAS	61,01	
LP -LICENCIATURA PLENA - 10 HORAS	54,38	
LC -LICENCIATURA CURTA - 22 HORAS	73,74	
LC -LICENCIATURA CURTA - 15 HORAS	55,08	
LC -LICENCIATURA CURTA - 10 HORAS	53,92	
NL -NAO LICENCIADO - 22 HORAS	62,02	
NL -NAO LICENCIADO - 15 HORAS	54,72	
NL -NAO LICENCIADO - 10 HORAS	53,01	

VIGÊNCIA: MAIO DE 1989

TABELA IX
PODER EXECUTIVO - QUADRO GERAL

A) VENCIMENTOS PARA 40 HORAS SEMANAIS

PADRÃO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	92,20	95,89	99,72	103,71	107,86	112,18	116,66	121,33	126,18	131,23	136,48
B	103,42	107,56	111,86	116,33	120,99	125,83	130,86	136,09	141,54	147,20	153,09
C	116,01	120,65	125,47	130,49	135,71	141,14	146,79	152,66	158,76	165,11	171,72
D	130,13	135,33	140,74	146,37	152,23	158,32	164,65	171,24	178,09	185,21	192,62
E	145,96	151,80	157,87	164,19	170,75	177,58	184,69	192,08	199,76	207,75	216,06
F	163,72	170,27	177,08	184,17	191,53	199,20	207,16	215,45	224,07	233,03	242,35
G	183,65	191,00	198,64	206,58	214,84	223,44	232,38	241,67	251,34	261,39	271,85
H	366,22	380,87	396,10	411,95	428,42	445,56	463,38	481,92	501,19	521,24	542,09
I	440,71	458,33	476,67	495,74	515,56	536,19	557,63	579,94	603,14	627,26	652,35

B) VENCIMENTOS PARA 30 HORAS SEMANAIS

A	69,16	71,93	74,80	77,80	80,91	84,14	87,51	91,01	94,65	98,44	102,37
B	77,58	80,68	83,91	87,26	90,75	94,38	98,16	102,09	106,17	110,42	114,83
C	87,02	90,50	94,12	97,88	101,80	105,87	110,11	114,51	119,09	123,85	128,81
D	97,61	101,51	105,57	109,80	114,19	118,75	123,51	128,45	133,58	138,93	144,48
E	109,49	113,87	118,42	123,16	128,08	133,21	138,54	144,08	149,84	155,83	162,07
F	122,81	127,72	132,83	138,15	143,67	149,42	155,40	161,61	168,08	174,80	181,79
G	137,76	143,27	149,00	154,96	161,16	167,60	174,31	181,28	188,53	196,07	203,91
H	274,69	285,68	297,11	308,99	321,35	334,21	347,58	361,48	375,94	390,97	406,61
I	330,57	343,79	357,54	371,84	386,72	402,18	418,27	435,00	452,40	470,50	489,32

C) VENCIMENTOS PARA 20 HORAS SEMANAIS

J	299,60	311,58	324,05	337,01	350,49	364,51	379,09	394,25	410,02	426,42	443,48
---	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

VIC. 05/89

TABELA X

CARGOS EM COMISSAO DOS PODERES EXECUTIVOS, LEGISLATIVO, JUDICIARIO E DO TRIBUNAL DE CONTAS

A - CARGOS DE DIRECAO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DAS

SIMBOLO DAS-1.....	489,55
DAS-2.....	448,45
DAS-3.....	413,35
DAS-4.....	365,63
DAS-5.....	329,40

B - CARGOS EM COMISSAO

SIMBOLO 1-C.....	181,07
2-C.....	167,23
3-C.....	154,37
4-C.....	142,59
5-C.....	131,73
6-C.....	121,70
7-C.....	112,62
8-C.....	104,13
9-C.....	96,41
10-C.....	89,15
11-C.....	82,72
12-C.....	76,54
13-C.....	70,95
14-C.....	65,85
15-C.....	63,19

TABELA XI

FUNCAO GRATIFICADA DOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIARIO E DO TRIBUNAL DE CONTAS

SIMBOLO 1-F.....	16,93
2-F.....	14,37
3-F.....	12,67
4-F.....	10,17
5-F.....	9,30
6-F.....	7,59
7-F.....	5,89
8-F.....	5,09
9-F.....	4,15
10-F.....	3,37

TABELA XII

ASSESSORES JURIDICOS DO TRIBUNAL DE JUSTICA

ASSESSOR JURIDICO - CLASSE I.....	430,16
ASSESSOR JURIDICO - CLASSE II.....	404,68
ASSESSOR JURIDICO - CLASSE III.....	378,54

VIG. 05/89

TABELA XIII

PESSOAL EFETIVO DOS TRIBUNAIS DE JUSTICA E DE ALCADA

NIVEL 01	253,35
02	238,15
03	222,95
04	207,39
05	192,55
06	177,34
07	162,14
08	146,94
09	141,88
10	131,74
11	116,54
12	101,34

VIG. 05/89

TABELA XIV

PESSOAL EFETIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PROCURADOR		526,85
CONSULTOR LEGISLATIVO "A"	NIVEL 1	326,18
CONSULTOR LEGISLATIVO "B"	NIVEL 2	306,61
CONSULTOR LEGISLATIVO "C"	NIVEL 3	287,04
CONSULTOR LEGISLATIVO "D"	NIVEL 4	267,46
MEDICO "A"	NIVEL 4	267,46
MEDICO "B"	NIVEL 5	247,89
MEDICO "C"	NIVEL 6	239,59
DENTISTA "A"	NIVEL 4	267,46
DENTISTA "B"	NIVEL 5	247,89
JORNALISTA E REDATOR "A"	NIVEL 5	247,89
SECRETARIO DE COMISSAO	NIVEL 3	287,04
TAQUIGRAFO "A"	NIVEL 3	287,04
TAQUIGRAFO "B"	NIVEL 4	267,46
TECNICO LEGISLATIVO	NIVEL 7	222,96
OFICIAL LEGISLATIVO "A"	NIVEL 8	162,15
OFICIAL LEGISLATIVO "B"	NIVEL 9	146,95
OFICIAL LEGISLATIVO "C"	NIVEL 10	131,75
OFICIAL LEGISLATIVO "D"	NIVEL 11	101,34

VIG. 05/89

TABELA XV

PESSOAL EFETIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS

CONSULTOR TECNICO.....			526,85
SERIE DE CLASSE	CLASSE	REFERENCIA	VALOR
TC-I	A	I	326,18
	B	I	306,61
	C	I	287,04
MD-II	A	I	267,46
	B	I	247,89
BB-III	A	I	247,89
	B	I	228,32
PC-IV	A	I	247,89
	B	I	228,32
OC-V	A	I	228,32
	B	I	208,75
	C	I	189,18
TQ-VI	A	I	228,32
	B	I	208,75
OP-VII	A	I	208,75
	B	I	189,18
AC-VIII	A	I	169,61
	B	I	150,04
AD-IX	A	I	143,52
	B	I	130,47
TL-X	A	I	101,34